

# CAIAFFA & DI GIORGIO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Marcelo de Ávila Caiaffa • Gabriel Di Giorgio Bueno • Scarlett Aguiar Pereira da Fonseca • Amanda Nogueira da Gama Andrade  
Bruna Thomaz Sena • Lorena Bras Bissoli • Natalia Fracalossi Maia • Pedro Pulino Melatte

@cdgadvo f caiaffaedigiorgio

## ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO – SEGES DE VITÓRIA/ES

Ref. Edital De Pregão Eletrônico n.º 030/2021

### **SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E**

**LIMPEZA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 36.006.690/0001-33, por seus advogados ao final assinados (*Marcelo de Ávila Caiaffa, inscrito na OAB/ES n.º 17.852, com escritório profissional na Avenida Henrique Moscoso nº 1019, salas 311/312, Ed. Centro da Vila Shopping, Centro de Vila Velha/ES, CEP 29.100-021 - DOC. 01*), ao final assinado, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelas razões que seguem:

[advocaciacdg.com.br](http://advocaciacdg.com.br)

Av. Henrique Moscoso, n.º 1019, conj, 311, Centro da Vila Shopping, Centro, Vila Velha/ES, CEP 29.100-021

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo De Ávila Caiaffa.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DD85-32E8-5F79-8B7E.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo De Ávila Caiaffa.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DD85-32E8-5F79-8B7E.

Cuida-se de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico cujo objeto é “*prestação de serviços de conservação, higienização e limpeza predial, (com fornecimento de materiais) nas dependências dos imóveis pertencentes às unidades de conservação e dos parques urbanos*”

A Comissão de Licitação **habilitou** a empresa **Casa Limpa Dedetizadora LTDA ME** por entender que a documentação apresentada está de acordo com o Edital 030/2020.

Ne entanto, a empresa deixou de cumprir diversas normas editalícias, motivo pelo qual deve ser provido o presente recurso como se passa a expor. Antes de adentrar ao mérito do recurso, para que V.sas. possam ter facilitada a compreensão das razões da Recorrente, informa sucintamente os principais pontos recursais, falhas, omissões e erros da Empresa declarada vencedora, pois:

- (i) Não encaminhou DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional, ou declarações de imposto de renda comprovando o regime de tributação;
- (ii) Não apresentou qualquer documento que comprovasse o pedido de mudança de regime de tributação junto à Receita Federal;
- (iii) Não encaminhou os cálculos dos índices contábeis com assinatura do contador;
- (iv) Não apresentou certidão da Junta Comercial comprovando ser micro/pequena empresa;
- (v) Utilizou a Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2020, beneficiando-se indevidamente da utilização de CCT anterior à vigente à época da licitação;
- (vi) Não somou todos os itens no Grupo D de sua planilha orçamentária;

Passa-se as razões.

## **DO CERCEAMENTO DE DEFESA DA RECORRENTE – NÃO DISPONIBILIZAÇÃO DA PLANILHA DA EMPRESA VENCEDORA**

A Recorrente não teve acesso à planilha orçamentária que teria balizado a proposta da Empresa Vencedora Casa Limpa Dedetizadora Ltda. Na análise econômica financeira informam que a empresa declarada vencedora revisou a planilha e que está tudo correto, contudo, a planilha revisada não foi disponibilizada para verificação:

“PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO

SEGES/EP

Considerando a nova proposta (planilha) anexa ao andamento no 90, verificamos que a mesma ESTÁ DE ACORDO com os parâmetros de composição dos custos estabelecidos no Edital no 030/2021.

Diante do exposto, encaminhamos os autos para demais providências.

Vitória, 24 de abril de 2021.”

**A Recorrente encaminhou, em 28 de abril de 2021, solicitação à pregoeira de disponibilização da planilha revisada, porém, até o protocolo deste recurso não foi atendida.**

**A PREFEITURA INCIDE EM ILEGALIDADE E CERCEAMENTO DE DEFESA, POIS NÃO PODE ADMITIR QUE A PLANILHA ESTARIA DE ACORDO, SEM QUE PUDESSE SER SUBMETIDA AO CRIVO DAS DEMAIS EMPRESAS.**

O processo administrativo, no qual se inclui o procedimento de licitação, deve ser balizado pelo amplo direito de defesa de todos os envolvidos e o contraditório administrativo.

Omitir a planilha orçamentária eiva de nulidade o certame.

Ademais, não é só o cerceamento de defesa que se verifica na ocultação da planilha orçamentária.

Conforme estabelecido no Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública, bem como seus representantes deverão respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e PUBLICIDADE:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

Sendo assim, sem o acesso a esta planilha, sem o conhecimento de todos os licitantes das exatas condições e documentos que ensejam a declaração da vencedora da licitação, o recurso fica prejudicado por causa da Administração Pública.

A Recorrente deve ter acesso à toda documentação exigida de sua concorrente, não há qualquer motivo para que este acesso seja incompleto e para que se ocultem outras causas eventualmente existentes de inabilitação da Casa Limpa.

Os princípios do devido processo legal administrativo, da ampla defesa, do contraditório, da publicidade viabilizam o controle e a fiscalização dos atos praticados pelo Poder Público; efeito inibitório, visto que a ciência da Sociedade tende a inibir a prática de irregularidades em razão da possibilidade de repressão das ilicitudes e desvios.

Tais informações são de suma importância para verificar a veracidade das informações, bem como para facilitar o contato da administração pública sobre eventuais dados do contrato e esclarecimentos sobre as informações e serviços executados.

O edital é a Lei balizadora do procedimento e deve ser seguida por todos, administração e licitantes. Justamente por isso que o art. 3º da Lei 8.666/93 traz o rol de princípios, dentre eles, o da vinculação do instrumento convocatório. Nestes termos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, a Recorrente requer seja disponibilizada a planilha orçamentária da Empresa Casa Limpa Dedetizadora Ltda, na sua integralidade, sob pena de nulidade do certame. Ainda, requer **seja devolvido o prazo do recurso**, para sua complementação, assim que a documentação completa lhe for entregue.

## **DA NÃO APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS DOS ÍNDICES CONTÁBEIS ASSINADO POR CONTADOR**

Prescreve o item 9.5.3.2 do Edital:

Pela documentação acostada aos autos, verifica-se que a empresa declarada vencedora não apresentou o cálculo dos índices contábeis como solicitado no item acima.

O edital é a Lei balizadora do procedimento e deve ser seguida por todos, administração e licitantes. Justamente por isso que o art. 5º da Lei 14.133/21 traz o rol de princípios, dentre eles, o da vinculação do instrumento convocatório. Nestes termos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Desta forma, considerando que não houve o cumprimento de item 9.5.3.2 do Edital, requer a desclassificação da empresa CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA.

## **DA AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO - COMPROVAÇÃO DE MICRO/PEQUENA EMPRESA - AUSÊNCIA DE DAS OU IMPOSTO DE RENDA COM O REGIME DE TRIBUTAÇÃO**

Sem a planilha da Empresa vencedora dificulta-se à Recorrente a formulação de seus pleitos e direitos relacionados à proposta da por ora vencedora, mas ainda assim, o fará para que não se alegue preclusão.

É **direito** da empresa recorrente, bem como **dever** da administração pública fiscalizar/verificar os documentos das concorrentes de modo a privilegiar a contratação de empresa capaz de executar o contrato. **Para isso, deve-se atentar-se ao mínimo de exequibilidade do contrato, sob pena de causar prejuízos à administração pública e indiretamente às demais empresa participantes.**

O fator que causa profunda estranheza levou a Recorrente a se debruçar sobre as possíveis causas desta proposta desproporcional e inviável. De plano, é possível constatar a ausência de informações do regime tributário adotado pela Casa Limpa Dedetizadora Ltda.

Pois bem. A vencedora alega que requereu modificação de seu regime tributário para o lucro presumido.

A Casa Limpa limitou-se a inserir uma declaração de seu contador, portanto unilateral e sem valor probatório válido, no sentido de que, a partir de abril/21, passará para o regime de tributação no lucro presumido, saindo do regime do Simples Nacional.

Quedou-se inerte na apresentação de documentos idôneos, tais como DAS ou Declaração de Imposto de Renda.

Inviabilizou-se, por omissão e negligência, a confirmação de encontrava-se no regime de tributação do Simples Nacional ou qualquer documento que comprove que a partir de abril/21 estará sujeita ao Lucro Presumido.

Isto também afeta sobremaneira a análise da proposta e impossibilidade de execução do contrato.

Assim se afirma, pois no regime do lucro presumido utilizou alíquota de PIS e COFINS segundo os parâmetros do Lucro Presumido, a alíquota aplicável ao PIS é de 0,65% e ao COFINS 3,00%.

**Faz-se necessário, portanto, considerar que os valores incidentes referentes ao IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) e a CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL) impactaram, com 100% (cem por cento) de certeza, o resultado da Empresa CASA LIMPA, contudo, na tabela a Empresa não considerou/demonstrou esse impacto no seu lucro final.**

Explica-se a Recorrente: Mesmo que não se exija que estes tributos sejam informados na planilha de preços como custo do contrato, fato é que pela sistemática de tributação do lucro presumido, o IR e CSLL são obrigatoriamente recolhidos, dentro do percentual de presunção (base de cálculo) fixado em lei, ainda que a empresa não apresente lucros.

Diferentemente do regime de tributação sobre lucro real, independentemente da existência de lucro ou não, deverão as empresas sujeitas ao regime do lucro presumido recolher IR e CSLL sobre sua **receita bruta**.

Em razão das atividades prestadas pelas partes, os percentuais sobre receita presumíveis como lucro e tributáveis é de 32% para o IRPJ e 32% para a CSLL. Assim, a empresa vencedora ao estimar seu lucro no contrato objeto da licitação, fixou um percentual/valor que sequer é capaz de propiciar o adimplemento dos 15% (quinze por cento) + adicional de 10% de alíquota do imposto a ser pago de IRPJ nem tampouco a alíquota de 9% a ser paga à título de CSLL.

Assim, vencendo a CASA LIMPA o pagamento de impostos decorrentes deste contrato estaria comprometido **segundo a apuração sobre Lucro Presumido**:

BASE DE CÁLCULO = 32%\* de R\$ 2.185.994,64 = **R\$ 699.518,28**

*\* Percentual de faturamento tributado nessa modalidade*

- IRPJ (15%) = **R\$ 104.927,74** (R\$ 699.518,28 x 15%)
- Adicional de IRPJ\* = **R\$ 45.951,83** (R\$ 459.518,28 x 10%)



- CSLL = 9% = R\$ 62.956,65 (R\$ 699.518,28 x 9%)  
\* Sobre o que exceder R\$ 240.000,00 (anual)  
**TOTAL = R\$ 213.836,22**

A empresa com proposta vencedora, necessariamente, **independente de obter lucro ou não**, terá de pagar **R\$ 213.836,22 anuais de IRPJ e CSLL**.

Em termos percentuais, isto é equivalente a **9,78%** do total do contrato, o que significa que, sem qualquer dúvida, se o valor do lucro estimado pela Empresa CASA LIMPA for menor que **R\$ 213.836,22 ou 9,78%, sua proposta é, claramente, inexecutável.**

Os percentuais de alíquota de PIS e COFINS revelam sua escolha pelo regime tributário do lucro presumido – ou a Empresa CASA LIMPA informou fraudulentamente estes percentuais, o que também motiva sua desclassificação.

Além do valor apresentado acima (R\$ 213.836,22) que corresponde ao pagamento de IRPJ (com adicional) e CSLL cuja base de cálculo é o valor da proposta da mesma (R\$ 2.185.994,64 deve ainda ser somado aos tributos já apresentados por essa, ou seja, INSS, PIS, COFINS e ISSQN, concluindo-se, assim, que o valor ofertado pela CASA LIMPA é impossível de ser efetivado.

Assim, sendo o valor proposto pela CASA LIMPA insuficiente até para pagamento dos tributos, ausente a capacidade financeira, tornando-a inidônea, incapaz de executar o contrato objeto da licitação e sua proposta inexecutável.

**O raciocínio da Recorrente poderá ser facilmente constatado na planilha de preços revelando a inviabilidade do valor proposto e tornam a proposta inexecutável.**

Veja-se, a título de confiável precedente, o que entendeu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Esclarecimento ao Pregão Eletrônico nº 29/2016:

“PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2016 PROCESSO Nº 03110.012963/2016-72



OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de secretariado nas unidades do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Pregão Eletrônico nº 29/2016.

ESCLARECIMENTO 08

Assim sendo, solicitamos informar: PERGUNTA 01) **As licitantes tributadas pelo regime do lucro presumido, cujo percentual de lucro lançados em suas planilhas não for suficiente para cobrir o IR e a CSLL terão suas propostas consideradas inexequíveis, vez que nessa situação estarão pagando para trabalhar?**

RESPOSTA 01: Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida. De acordo com o subitem 11.7.2 do edital: **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:** a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade; b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho; c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social; d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares; e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas; f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada; g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes; h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; j) estudos setoriais; **k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;** l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.”(g.n.)

Fica provado que o entendimento prevalecente é no sentido de que a proposta de preços, quando a Empresa estiver submetida ao regime do lucro presumido, não pode conduzir a uma situação que os impostos não sejam pagos ou que a Empresa “pague para trabalhar”.

Ainda, se verifica a necessidade de realização de diligências e consultas à Secretaria da Fazenda Federal para confirmar o regime tributário a que está submetida a CASA LIMPA.

É de se verificar outros fatores que formularam o preço irrisório dado pela empresa vencedora, que só serão auferíveis após a apresentação de planilha detalhada por esta. Contudo, é de amplo conhecimento que o melhor/menor preço, em certos casos, causa prejuízo à administração. Eis o motivo da presença do art. 48, II da Lei n.º 8.666/93:

Art. 48. Serão desclassificadas:  
(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou **com preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que **não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato**, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

(TJRS-527382) LICITAÇÃO. CONVITE. MENOR PREÇO. PREÇO GLOBAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. As propostas dos licitantes que (I) não atendam às exigências do edital, (II) cujo valor global for superior ao limite estabelecido ou (III) com preços manifestamente inexequíveis serão desclassificadas. Art. 48 da Lei 8.666/93. (Apelação Cível nº 70043329176, 22ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Maria Isabel de Azevedo Souza. j. 28.07.2011, DJ02.08.2011).

O valor informado a menor foi utilizado de forma torpe, em destemida manobra destinada a ludibriar a administração pública, visando arrematar o certame. Mantendo as rubricas das planilhas e considerando os pagamentos devidos à título de IR e CSLL, verificar-se-á que o valor final REAL, POSSÍVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, SERÁ DEMASIADAMENTE MAIOR AO APRESENTADO PELA EMPRESA OPÇÃO LIMPEZA.

Tem-se, portanto, que no regime de tributação pelo **LUCRO PRESUMIDO**, como o próprio nome induz, o lucro da empresa é **PRESUMIDO** (independe de apuração), e portanto, pagam os tributos do lucro com alíquotas na base de cálculo de 32% (prestação de serviços em geral), por determinação LEGAL (art. 15, §1º, inciso III da Lei 9.249/1995). **ASSIM, AS EMPRESAS DO LUCRO PRESUMIDO TÊM ESSE TRIBUTO LÍQUIDO E CERTO PARA O PAGAMENTO JÁ NA EMISSÃO DA FATURA**, razão pela qual tal custo deve ser considerado na formação dos preços.

Apesar de não ser possível a inclusão, no custo, dos tributos IRPJ e CSLL, é certo que a empresa contratada teria que reter, na fonte de pagamento, os citados tributos, tendo em vista obrigação legal oriunda da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 480/2004.

É um encargo tributário que obrigatoriamente a CASA LIMPA tem que suportar sem nenhuma possibilidade de redução, o que configura um verdadeiro custo para a prestação dos serviços, custo este que deveria ser suportado lucro indicado pela Empresa.

Veja-se a decisão do TCU, recente, neste sentido (Acórdão 648/2016):

**“ENTÃO, PARA SE VISLUMBRAR A POSSIBILIDADE DE O IRPJ E A CSLL COMPOREM O BDI DE UM CONTRATO, FUGINDO-SE, EXCEPCIONALMENTE, À REGRA DA SÚMULA 254, DEVE-SE ANTES DEMONSTRAR QUE A EMPRESA CONTRATADA TEM COMO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO LUCRO A SISTEMÁTICA DO LUCRO PRESUMIDO.**

Voto:

No que tange à inclusão de IRPJ e CSLL na composição do BDI dos contratos auditados, bem destacou o Ministério Público de Contas que o voto condutor do Acórdão 1.591/2008-Plenário, de minha relatoria, trouxe o entendimento de que **“A INDICAÇÃO EM DESTACADO NA COMPOSIÇÃO DO BDI DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO NÃO ACARRETA, POR SI SÓ, PREJUÍZOS AO ERÁRIO, POIS É LEGÍTIMO QUE EMPRESAS CONSIDEREM ESSES TRIBUTOS QUANDO DO CÁLCULO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE SUA PROPOSTA”.**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ, julgando Processo 2.584/09 do Tribunal de Justiça de Roraima, publicado no Diário da Justiça de 24/10/2012) cujo contrato era de serviços continuados de limpeza, conservação, recepção, jardinagem e copeiragem, com fornecimento de materiais, para atender os prédios do Poder Judiciário do Estado de Roraima, deu o seguinte parecer:

[...]

3.2.7.2. Interpretação equivocada quanto à exclusão do IRPJ e CSLL a planilha de formação de custos.

[...] **No entanto, as empresas consideradas na licitação são do lucro real e do lucro presumido, dois regimes tributários distintos. Desta forma, devem ser tratadas de forma diferente para atender ao princípio da isonomia.** Há também de se considerar as empresas do simples nacional.

**As empresas prestadoras dos serviços terceirizados, habitualmente contratados pela administração, são de lucro presumido e, portanto, pagam os tributos do lucro com alíquotas na base de cálculo de 32%, por determinação do Regulamento do Imposto de Renda – RIR.** Assim, os tributos são pagos nesse patamar fixo independente do resultado que a empresa venha a alcançar. Basta haver o faturamento para o imposto ser devido. Por essa via devem ser necessariamente considerados. Não há como eliminar ou até mesmo diminuir.

O Acórdão 950/2007-P, bem como muitos outros do TCU, desenvolve toda a argumentação com base na impossibilidade de se aferir os tributos do lucro a serem

pagos pelas empresas do lucro real. Entende que o IRPJ e CSLL fazem parte do lucro bruto, como preconiza o RIR para as empresas do lucro real

[...]

Destacamos alguns trechos do referido Acórdão para esclarecer a fundamentação do TCU para retirar os tributos do lucro somente das empresas do lucro real.

**53. Ocorre que, conforme visto nas normas anteriormente citadas, há diferenças relevantes na forma de tratamento entre tributações por lucro real e por lucro presumido. No lucro presumido, há estipulação de percentual fixo incidente sobre a receita bruta auferida pela empresa no período de apuração. No lucro real, é necessária a apuração do lucro líquido da empresa no período de apuração, o qual será ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstos no RIR. Ressalte-se que o lucro líquido do período de apuração é obtido pela soma do lucro operacional, dos resultados não operacionais e das participações.**

54. Entretanto, a diferença mais importante para o caso concreto que ora se discute é a impossibilidade de se estabelecer, isoladamente para um único contrato, qual o valor do lucro líquido auferido no período de apuração pela empresa a ser contratada, que pode vir a ter prejuízos ou lucros em outros contratos. Ao contrário, a receita bruta pode ser diretamente indicada para cada contrato da empresa.

58. Há que se considerar, também, que os citados tributos são personalíssimos e associados ao desempenho financeiro da empresa, representando custos inerentes à condição particular da pessoa jurídica, não diretamente relacionados aos custos do contrato isoladamente, havendo a possibilidade, inclusive, de a contratada não auferir lucro tributável no exercício. Em ocorrendo tal situação, o contrato pode vir a ser onerado desnecessariamente.

A simples leitura do acórdão esclarece que a fundamentação desenvolvida destinou-se a retirar o IRPJ e a CSLL da formação do BDI das empresas do lucro real em virtude do desconhecimento da base para tributação. As empresas do lucro presumido têm esse tributo líquido e certo para o pagamento já na emissão da fatura.

**Retirar o alto dispêndio com IRPJ e CSLL do orçamento das empresas do lucro presumido é desarrazoado. E, não há como encaixá-lo em outro item. O teor do Acórdão 950/2007 vai pela não inclusão como custo ou despesa.**

Por outro lado empresa de lucro presumido não depende do lucro para pagar os tributos: é tributo vinculado ao faturamento (grifo nosso). Portanto não pode estar embutido no lucro.

Retirar o os tributos do lucro apenas para as empresas do lucro real atende ao princípio da isonomia e à legislação do imposto de renda.

Cabe ainda destacar que ao final do Acórdão 950/2007-P do TCU enxerga a possibilidade de ressarcimento dos impostos diretos (IRPJ e CSLL), naturalmente para as empresas do lucro real, uma vez que esses custos já devem estar planilhados nas empresas do lucro presumido.

15. Quanto à propositura de que se firme o entendimento sobre o descabimento do ressarcimento dos impostos diretos nos contratos administrativos, possivelmente com efeito normativo, entendo também, data vênua, que não é necessário chegar a tanto, até por certa inadequação da espécie processual. Embora a convicção seja robusta, o assunto tem amplitude suficiente para comportar aspectos e repercussões que podem não ter sido aqui considerados. Além do mais, penso que, mesmo como simples precedente, o entendimento aqui esposado, apesar de suscetível a refinamentos, tem condições de contribuir de modo importante e até decisivo para a construção de uma jurisprudência unificada e definitiva sobre o tema, abrangendo inclusive outros tributos, a ser suportada, como é desejável, no maior número de julgados possível.

Como se viu, o Acórdão 950/2007-P do TCU, a exemplo de vários outros, trabalhou e defendeu a posição de retirar os tributos do lucro apenas para as empresas do lucro real. Isso considerando a impossibilidade de avaliação do lucro real que a empresa venha apurar para fazer incidir as alíquotas do IRPJ e CSLL.

**Fica, assim, definitivamente esclarecida a manutenção dos tributos do lucro na formação do BDI das empresas do lucro presumido.**

**Finalizando o Conselho Nacional de Justiça Recomenda ao Tribunal de Justiça de Roraima, o seguinte:**

**O TJRR deverá observar, na elaboração dos editais, a indicação do BDI máximo a ser admitido na licitação. Os editais deverão conter orientações sobre a composição; as alíquotas tributárias de cada regime; o aproveitamento tributário para as empresas que operam com a não-cumulatividade; e a indicação de exclusão dos tributos do lucro para as empresas do lucro real. As empresas do lucro presumido devem consignar os tributos do lucro na planilha.**

Destaques e grifos nossos.

Neste sentido, Jorge Ulisses Jacoby procedeu ao seguinte comentário (in Planilha de custos: IRPJ e CSLL. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Fórum de Contratação e Gestão Pública. volume 67 ano 6 jul. 2007. pgs. 128 a 129):

"no momento de o particular formular a sua proposta, ele necessita considerar todos os custos (diretos e indiretos) que terá com a prestação do serviço, a fim de poder estimar o quanto receberá concretamente de lucro - fim de toda atividade constituída como empresarial.

ORA, ASSIM SENDO, NÃO PODEMOS ESPERAR QUE UM EMPRESÁRIO QUE DESEJE SOBREVIVER POR MUITO TEMPO DESCONSIDERE EM SEU PREÇO DE VENDA A DESPESA QUE TERÁ DE DESEMBOLSAR COM IRPJ e CSLL (...) PODE-SE AFIRMAR QUE AGORA TAIS TRIBUTOS DEVEM SER COMPUTADOS DENTRO DO PORCENTUAL PREVISTO PARA O LUCRO, já que este não tem um teto limite estipulado em lei (...)"



Desta forma, surgem inclusive suspeitas acerca da real adesão da empresa vencedora ao regime de tributação sobre o lucro presumido, pois, completamente inviável seria o preço estipulado pela empresa, o que conduz à sua desclassificação.

Requer, ainda, seja provada pela empresa vencedora sua opção de tributação, visto que são dados impossíveis de serem obtidos pelas concorrentes e de extrema relevância no processo licitatório, sendo concluído que houve fraude na informação, deve a CASA LIMPA também por este motivo ser desclassificada.

### **DA UTILIZAÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA ANTIGA - 2020**

Reza o 9.4.10 do Edital:

9.4.10. As propostas comerciais deverão ser elaboradas com base nos salários normativos da categoria, estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria e vigentes **à data de publicação da licitação.**

A Recorrente anexa ao presente e-mail arquivo onde consta simulação das planilhas de custos da empresa Casa Limpa.

**A primeira planilha** - chamada de CCT 2020 - Itens errados – demonstra como a empresa CASA LIMPA apresentou a planilha, e a Recorrente identificou os seguintes erros:

- (i) Utilização da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2020;
- (ii) Não incluído custo com feriado. Observe-se que, Como a CCT da categoria estabelece que serão reconhecidos os feriados nacionais, assim, mesmo em escala 12x36, devem computar tal custo, o que não fez a CASA LIMPA;
- (iii) No grupo D dos Encargos sociais não está somando todos os custos, somente uma linha;
- (iv) O valor da alimentação está de acordo com a CCT 2020;
- (v) Não incluído o custo com assistência odontológica (R\$ 8,00);
- (vi) A formula de cálculo do lucro para encarregado está errada.

A segunda planilha - chamada de CCT 2020 - Corrigido - simulação para demonstrar valor final com a correção dos erros, mas sem alterar a CCT 2020 para CCT 2021. Valor final da proposta da CASA LIMPA **seria majorado para R\$ 2.299.346,88**, mantendo-se as mesmas rubricas/percentuais da planilha original:



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
**Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação**

**COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS**

**Prestação de Serviços de Conservação, Higienização e Limpeza com  
Fornecimento de Materiais**

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	%	ENCARREGADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (BANHEIRISTAS)
			ESCALA 05 X 2	ESCALA 12 X 36
			Turno Diurno	Turno Diurno

VALOR MENSAL DOS POSTOS	8.270,04	183.342,20
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS PARA 12 MESES	99.240,48	2.200.106,40

A Terceira planilha - chamada PMV CCT 2021 - simulação para demonstrar valor final com a correção de erros, alterado para CCT 2021, mantendo demais rubricas/percentuais da planilha original. **O valor final seria majorado para R\$ 2.373.313,44. Ou seja, muito maior que o valor arrematado:**





**Prefeitura Municipal de Vitória**  
**Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação**

**COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS**

**Prestação de Serviços de Conservação, Higienização e Limpeza com Fornecimento de Materiais**

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	%	ENCARREGADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (BANHEIRISTAS)
			ESCALA 05 X 2	ESCALA 12 X 36
			Turno Diurno	Turno Diurno
VALOR MENSAL DOS POSTOS			8.607,56	189.168,56
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS PARA 12 MESES			103.290,72	2.270.022,72

A quarta planilha - chamada de PMV CCT 2021 - VR Arremate - simulação de itens que teriam seus percentuais ou custos reduzidos para manter o valor arrematado. Encargos sociais, uniforme, lucro e administração foram reduzidos. E com lucro e administração mínimos desta forma para empresa que diz que "optará" a partir de abril/21 pelo lucro presumido, entrará na condição de como vai pagar contribuição social e imposto de renda sem margem.

**AUSÊNCIA DA SOMATÓRIA DOS ITENS DO GRUPO D DA PROPOSTA DA EMPRESA**

Além das diversas afrontas ao edital 030/2020, a empresa declarada vencedora ainda **deixou de realizar a soma dos itens constantes no GRUPO D** da proposta de preços, senão vejamos:

2.4	GRUPO D				
2.4.1	Aviso prévio indenizado	2,8554%	R\$ 47,53	R\$ 44,74	
2.4.2	Incidência do FGTS s/ item aviso prévio indenizado	0,2284%	R\$ 3,80	R\$ 3,58	
2.4.4	Incidência da multa FGTS e da Contribuição Social s/ os depósitos do FGTS	0,9414%	R\$ 15,67	R\$ 14,75	
2.4.5	Incidência da multa FGTS e da Contribuição Social sobre aviso prévio indenizado	0,0990%	R\$ 1,65	R\$ 1,55	
2.4.6	Incidência da multa FGTS e da Contribuição Social sobre aviso prévio trabalhado	0,0003%	R\$ -	R\$ -	
	Subtotal Enc. Sociais - Grupo D	4,1245%	R\$ 1,65	R\$ 1,55	

Como se vê acima, não houve a somatória o que, consequentemente **interfere no valor total da proposta!** Deixando de realizar qualquer operação matemática, fica claro que há vício insanável na proposta de preços, o que culmina na inabilitação da empresa.

Assim, requer o provimento do recurso com a consequente inabilitação da empresa.

### **DO EQUÍVOCO NA FORMULA DE CÁLCULO DO LUCRO DA FUNÇÃO ENCARREGADO**

A empresa vencedora apresentou fórmula utilizada para calcular o lucro referente ao cargo “Encarregado” de maneira equivocada, estando o valor final apresentado inferior ao valor real que se alcançaria com a fórmula apresentada.

Explica-se: a empresa apresentou o cálculo realizado da seguinte forma:

$$\text{Despesas X coeficiente de lucro} = \text{Valor final}$$

$$R\$ 3.548,47 \times 3,25\% = R\$ 115,33$$

Ocorre que o valor final apresentado pela empresa na planilha foi R\$111,70, valor inferior ao efetivamente apurado – e real.

Dessa forma, vê-se que houve divergência na informação, sendo que a composição real alcança valor acima do declarado pela empresa – valor esse alcançado pela própria fórmula da empresa.

Assim, requer o provimento do recurso com a consequente inabilitação da empresa.

Por todo acima explanado, requer que **SEJA CONHECIDO** o recurso seja **DADO PROVIMENTO** para que suspenda a declaração de arrematação do certame, com a consequente **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta da empresa **CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA.** por desobediência ao Edital.

Nesses termos, pede deferimento.

Vila Velha/ES, 29 de abril de 2021

**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LIMPEZA LTDA.**

Honório Sabino Pereira Junior

Sócio Administrador

**MARCELO DE ÁVILA CAIAFFA**

OAB/ES 17.852

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DD85-32E8-5F79-8B7E> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DD85-32E8-5F79-8B7E



### Hash do Documento

2C2B425BADFF77CB088575D121F6894AD485ADECB0444BD1F9E3EB1EFADE9631

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2021 é(são) :

☒ Marcelo De Avila Caiaffa - 108.851.957-10 em 29/04/2021 16:50

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

Pelo presente instrumento o Sr. **HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado à Avenida Estudante José Júlio de Souza, nº 332, Apto 103, Ed. Guarujá, Praia de Itaparica, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, Brasil, CEP 29.102-010, portador do R.G. nº 761.221 expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF-MF sob nº 896.628.657-72, natural de Central de Minas – MG, nascido em 04 de fevereiro de 1968, filho de João Elias do Nascimento e Zeli Maria do Nascimento, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada denominada **SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**, com sede na Avenida Luiz Manoel Vellozo, nº 79, Pavimento 1, Praia de Itaparica, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.102-207, Brasil, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32.6.0000343-1 em 23 de agosto de 1990 e inscrita na Receita Federal do Brasil sob nº 36.006.690/0001-33, resolve alterar o ato constitutivo conforme segue:

**Cláusula Primeira – Cláusula Primeira** – O capital da empresa, que é de **R\$ 1.400.000,00** (Um milhão e quatrocentos mil reais), é acrescido nesse ato do valor de **R\$ 2.600.000,00** (Dois milhões e seiscentos reais), integralizado neste ato em moeda corrente pelo titular, acima qualificado, passando a ser de **R\$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente.

**Cláusula Segunda** – Em vista da modificação, transcreve-se na íntegra o Ato Constitutivo da EIRELI, como forma de consolidação do mesmo, conforme segue:

1/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

**CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE**  
**LIMITADA**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.**

**Artigo Primeiro** – A empresa será constituída sob a forma de EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, e com o nome empresarial de **SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**, será regida por este instrumento e, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e demais disposições legais.

**Artigo Segundo** – A empresa tem sua sede na Avenida Luiz Manoel Vellozo, nº 79, Pavimento 1, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, CEP: 29.102-207.

**Artigo Terceiro** – A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, por deliberação do titular mediante alteração contratual.

**Artigo Quarto** – A empresa tem por objeto:

- Atividades de limpeza – **81.29-0/00.**
- Imunização e controle de pragas urbanas – **81.22-2/00.**
- Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas – **42.13-8/00.**
- Limpeza em prédios e em condomínios – **81.21-4/00.**
- Comércio varejista de móveis – **47.54-7/01.**

2/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cesar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)



**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

- Atividades de vigilância e segurança privada – **80.11-1/01.**
- Atividades paisagísticas – **81.30-3/00.**
- Carga e descarga com locação de mão de obra – **52.12-5/00.**
- Preparação de canteiros e limpeza de terreno – **43.11-8/02.**
- Instalação e manutenção elétrica – **43.21-5/00.**
- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás – **43.22-3/01.**
  
- Instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado – **43.22-3/02.**
- Instalação de sistema de prevenção contra incêndio – **43.22-3/03.**
- Instalações de painéis publicitários – **43.29-1/01.**
- Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários em geral – **43.30-4/02.**
- Obras de acabamento em gesso estuque – **43.30-4/03.**
- Serviços de pintura de edifícios em geral – **43.30-4/04.**
- Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores – **43.30-4/05.**
  
- Serviços de preparação de terrenos – **43.19-3/00.**
- Obras de terraplenagem – **43.13-4/00.**
- Perfurações e sondagens – **43.12-6/00.**
- Demolição de edifícios e outras estruturas – **43.11-8/01.**
- Construções de edifícios – **41.20-4/00.**
- Pintura e sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos – **42.11-1/02.**
- Obras portuárias, marítimas e fluviais – **42.91-0/00.**
- Construções e instalações esportivas e recreativas – **42.99-5/01.**
- Obras de montagem industrial – **42.92-8/02.**
- Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração – **43.29-1/05.**
- Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas – **43.99-1/02.**

3/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)



## 6ª Alteração Contratual

**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**

**CNPJ:** 36.006.690/0001-33

**NIRE:** 32.6.0000343-1

- Obras de alvenaria – **43.99-1/03.**
- Perfuração e construção de poços de água – **43.99-1/05.**
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos – **45.20-0/01.**
- Serviços de lanternagem e pintura em veículos automotores – **45.20-0/02.**
- Serviços de manutenção e reparação elétrica em veículos – **45.20-0/03.**
- Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos – **45.20-0/05.**
- Serviços de borracharia para veículos automotores – **45.20-0/06.**
- Serviços de operação e fornecimento de máquinas para elevação – **43.99-1/04.**
- Construção de redes de abastecimento de água e esgoto – **42.22-7/01.**
- Construção e manutenção de redes de telecomunicação – **42.21-9/04.**
- Construção de barragens e represas – **42.21-9/01.**
- Serviços combinados de apoio à edifícios – **81.11-7/00.**
- Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos – **95.21-5/00.**
- Reparação de artigos do mobiliário – **95.29-1/05.**
- Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais – **95.29-1/99.**
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção – **77.32-2/01.**
- Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas – **77.31-4/00.**
- Aluguel de máquinas e equipamentos em geral com ou sem operador – **77.39-0/99.**
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos – **45.30-7/03.**
- Comércio a varejo de pneumáticos e câmara de ar – **45.30-7/05.**
- Comércio varejista de artigos de higiene pessoal – **47.72-5/00.**
- Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos – **47.73-3/00.**
- Comércio varejista de máquinas e equipamentos de escritório – **47.89-0/07.**
- Comércio varejista de máquinas e equipamento de informática – **47.51-2/01.**
- Comércio varejista de plantas, flores e sementes – **47.89-0/02.**

4/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

- Comércio varejista de material de construção em geral – **47.44-0/99.**
- Montagem de estruturas metálicas – **42.92-8/01.**
- Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção – **16.22-6/99.**
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas – **47.44-0/01.**
- Serviços de montagem de móveis de qualquer material – **33.29-5/01.**
- Fabricação de móveis com predominância de madeira – **31.01-2/00.**
- Fabricação de esquadria de metal – **25.12-8/00.**
- Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias – **25.42-0/00.**
- Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo – **82.19-9/99.**
- Serviços de Coleta, Distribuição e Entrega de Correspondência e Volumes não realizados pelo correio nacional, por motoboy ou outros veículos – **53.20-2/01.**
- Serviços de Entrega Rápida e Coleta de Encomendas – **53.20-2/02.**
- Locação, Terceirização de Mão de Obra e de Pessoal Temporária – **78.20-5/00.**
- Outras Atividades de Serviços Pessoais não especificados anteriormente – **96.09-2/99.**



**Artigo Quinto** – O prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado tendo iniciado suas atividades em 23 de agosto de 1990, data da empresa originária.

**CAPÍTULO II**  
**CAPITAL**

5/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

**Artigo Sexto** – O capital da empresa é de **R\$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais), totalmente integralizado, em moeda corrente, pelo titular, o Sr. **HONÓRIO SABINO PEREIRA JÚNIOR**, já qualificado acima.

**Artigo Sétimo** – A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

**CAPÍTULO III**  
**ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo Oitavo** – A administração da empresa será plenamente exercida pelo titular Sr. **HONÓRIO SABINO PEREIRA JÚNIOR**, já qualificado neste ato. Podendo, a qualquer momento, nomear administrador para a função.

- **Parágrafo Único** – Declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra EIRELI e, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração da empresa.

**CAPÍTULO IV**  
**EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E**  
**DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS**

**Artigo Nono** – O exercício iniciar-se-á em 01 de janeiro de cada ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano civil, quando então serão levantadas as demonstrações contábeis ou financeiras obrigatórias para a espécie de empresa,

6/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do resultado, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados e o que mais for eventualmente exigido no futuro através de diploma legal.

- **Parágrafo Primeiro:** A empresa poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, transformação ou, ainda, para quaisquer atos julgados necessários pelo titular.
- **Parágrafo Segundo:** Antes do término do exercício, poderão ser levantados Balanços ou Balancetes intermediários para a apuração de resultados, e os lucros e/ou prejuízos por ventura apurados poderão ser distribuídos por conta de resultado do exercício que será encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

**CAPÍTULO V**  
**EXTINÇÃO E CONTINUIDADE DA EMPRESA**

**Artigo Décimo** – Ocorrerá a extinção da EIRELI nas hipóteses previstas em lei, ou quando assim dispuser o titular procedendo-se, nesta ocasião, sua liquidação, e uma vez quitado todo o passivo, o ativo restante será incorporado ao patrimônio do titular.

**Parágrafo Único** – A EIRELI não se extinguirá pelo impedimento temporário ou permanente do titular. Podendo ser estabelecido pelo titular um administrador para a EIRELI, ou na impossibilidade do estabelecimento, os herdeiros ou sucessores poderão assumir a administração da empresa, conforme as disposições quanto a capacidade e legalidade previstas no Código Civil de 2002.

7/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB Nº 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

**6ª Alteração Contratual**  
**SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI**  
**CNPJ: 36.006.690/0001-33**  
**NIRE: 32.6.0000343-1**

**CAPÍTULO VI**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

No exercício de suas faculdades, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via impressa de um só lado, de mesma forma e teor, numeradas de 01 (hum) a 08 (oito), páginas para que produza um só efeito.

Vila Velha, Estado do Espírito Santo, Brasil, 02 de dezembro de 2019.

  
**Honório Sabino Pereira Júnior**

8/8

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/12/2019 15:26 SOB N° 20192697323.  
PROTOCOLO: 192697323 DE 04/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905604486. NIRE: 32600003431.  
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA EIRELI



Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL  
VITÓRIA, 05/12/2019  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ES

NOME  
HONORIO SABINO PEREIRA JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
761221 SSP ES

CPF  
896.628.657-72

DATA NASCIMENTO  
04/02/1968

FILIAÇÃO  
JOAO ELIAS DO  
NASCIMENTO  
ZELI MARIA DO  
NASCIMENTO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
D

Nº REGISTRO  
02957815468

VALIDADE  
10/01/2023

1ª HABILITAÇÃO  
14/07/1993

OBSERVAÇÕES  
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
VITORIA, ES

DATA EMISSÃO  
06/04/2018

Rômulo Scheibe Neto  
Diretor Geral - Denatran-ES  
ASSINATURA DO EMISSOR

38840516885  
ES349819130

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1562372433

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1562372433

DFACALAPARANESGOIAMTMSMCTYBESPTO

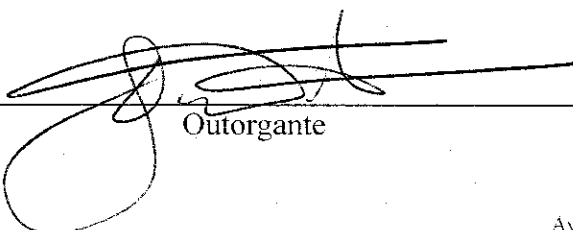
## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LIMPEZA LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 36.006690/0001-33 e registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o n. NIRE 32200460885, representada por **HONÓRIO SABINO PEREIRA JÚNIOR,** portador do CPF 896.628.657-72 e RG 761.221 SSP/ES, com sede na situada na Av. Luíz Manoel Vellozo, nº 79 – Praia de Itaparica – Vila Velha – ES – CEP: 29102-207.

**OUTORGADO: MARCELO DE AVILA CAIAFFA,** brasileiro, casado, inscrito na OAB/ES sob o n. 17.852, **GABRIEL DI GIORGIO BUENO,** brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/ES sob o nº. 21.562, **AUGUSTO CESAR MARTINS PEREIRA,** brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ES sob o nº 20.234 todos integrantes da **CAIAFFA, MARTINS & DI GIORGIO ADVOGADOS ASSOCIADOS,** sociedade civil de advogados inscrita no CNPJ 14.663.654/0001-00, OAB/ES n.º 11.170195-0857, com sede à Avenida Henrique Moscoso nº 1019, sala 312, Ed. Centro da Vila Shopping, Centro de Vila Velha/ES, CEP 29.100-021, telefone: (27) 3039-5119, estando desde já todos autorizados a praticar os atos necessários e conexos, na forma da Lei 8.906/94.

**PODERES:** Da cláusula “*AD-JUDICIA ET EXTRA*”, ou seja, os poderes para o foro em geral previstos no § 2º do art. 5º da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994, para praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, bem como os poderes para praticar os demais atos necessários e conexos com a finalidade desta procuração, em qualquer repartição pública ou privada, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para renunciar, receber e dar quitação, confessar, desistir, transigir, obter cópias, firmar compromissos ou acordos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, inclusive, substabelecer a profissionais de sua confiança, com ou sem reserva, dando tudo por bom, firme e valioso. Declaro estar ciente que a atividade advocatícia constitui obrigação de meio e não de resultado, reafirmando minha confiança no advogado supracitado.

Vila Velha/ES, 06 de setembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Outorgante